

A Constituinte é possível?

Debate mostra os rumos da democratização

A necessidade de uma transição pacífica no quadro institucional foi o consenso a que chegaram dois parlamentares, dois juristas e um professor de Ciência Política que discutiram, com redatores do "Estado", os caminhos para uma saída que retire o País do atual impasse político. A Constituinte, tema-chave em análise, encontrou as opiniões divididas: o jurista Miguel Seabra Fagundes e o deputado Célio Borja não vêem condições ou necessidade dessa medida; o senador Paulo Brossard a defende, mas vê no fator tempo e nas dificuldades de convocação do órgão mais um presumível motivo de crise; finalmente, os professores Dalmo de Abreu Dallari e Francisco Wefford acreditam que essa seja a solução para a democratização do País.

Durante três horas, os convidados debateram com três representantes do "Estado" — o redator-chefe Oliveiros S. Ferreira, coordenador da mesa-redonda, e os editorialistas Marçal Versiani e Hélio Bícudo — um roteiro que incluía os seguintes temas: "A convocação de uma Assembléia Constituinte é necessária e indispensável? Se não for possível, nem conveniente convocá-la, como seria possível proceder-se à institucionalização desejada? Como deveriam ser equacionados, no novo texto constitucional, os seguintes problemas: adequação da segurança aos direitos individuais (seria necessário rever as Leis de Segurança e de Imprensa?); como se

organizaria a representação popular? Qual seria o papel do Estado na vida econômica? Como seriam as relações econômicas, fiscais e administrativas da Federação com a União? Que papel constitucional e político seria reservado às Forças Armadas? Como ficaria o papel dos sindicatos operários e patronais na nova ordenação jurídica?"

Na primeira parte da mesa-redonda, os participantes fizeram uma exposição sobre os temas que lhes haviam sido previamente submetidos; na segunda, colocaram em discussão essas propostas.

Também os ex-ministros e atuais embaixadores do Brasil em Londres e Paris, Roberto Campos e Delfim Netto, manifestam sua opinião a respeito dos assuntos em debate, por intermédio de artigos escritos especialmente para esta ocasião. Roberto Campos é favorável ao retorno à Constituição de 1967, com algumas ressalvas, e Delfim Netto, embora defendendo o bipartidarismo, acha que é necessário que as forças políticas encontrem expressão num número razoável de partidos e que se estabeleça um sistema eleitoral realmente representativo.

Nesta página e na seguinte, as exposições escritas que cada um dos convidados leu inicialmente; nas páginas 4-C, 4-D e 4-E, a transcrição dos debates; nas páginas 4-E e 4-F, os artigos de Roberto Campos e Delfim Netto.

